

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 40/2012**

Período: 03/11/2012 – 09/11/2012

GEDES – Brasil

- 1- Livro conta trajetória de desaparecido político
- 2- Governo de São Paulo discute plano de segurança pública e rejeita auxílio de efetivos do Exército
- 3- Comissão da Verdade procura responsáveis pela destruição de documentos
- 4- Marinha envia mais efetivos ao Haiti
- 5- Ato realizado em São Paulo homenageia mortos e desaparecidos no regime militar
- 6- França muda estratégia para venda de aviões modelo Rafale
- 7- Comissão da Verdade pesquisará documentos estrangeiros sobre Operação Condor
- 8- Operação Ágata apreendeu 11,8 toneladas de drogas
- 9- Historiador estadunidense afirma que tomou conhecimento do golpe de 1964 antecipadamente
- 10- Instituto Herzog lança livro com documentos, cartazes e fotografias da resistência aos regimes militares na América Latina
- 11- Secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo desautoriza uso de lei do regime militar para punir ataques de organizações criminosas
- 12- Documentos do regime militar brasileiro arquivados em Roma serão integrados ao Memorial da Anistia
- 13- Comissão da Verdade abre nova investigação sobre morte de Anísio Teixeira
- 14- Comissão da Verdade investigará o papel das igrejas no regime militar
- 15- Mudança no atestado de óbito de Herzog é contestada por Ministério Público de São Paulo
- 16- Coronel reformado do Exército é assassinado
- 17- Estudantes desaparecidos durante regime militar recebem homenagem na UnB
- 18- Embraer é favorita para fornecer avião de ataque leve aos Estados Unidos

1- Livro conta trajetória de desaparecido político

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, foi lançado no dia 29/10/12 o livro “Seu amigo esteve aqui”, da jornalista Cristina Chacel, que conta a trajetória do militante de esquerda Carlos Alberto Soares de Freitas –conhecido como Beto– que teve importante atuação na luta contra o regime militar (1964-1985), e desapareceu após ter sido preso em fevereiro de 1971. A autora, que foi convidada por amigos e familiares de Freitas para escrever sua história, utilizou 60 depoimentos de pessoas que conviveram com ele em diferentes períodos, incluindo o da presidenta da República, Dilma Rousseff. Freitas, nascido em 1939, na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, ingressou no curso de sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, onde iniciou seu ativismo político. Defensor dos ideais marxistas, o jovem tornou-se importante liderança nos movimentos de esquerda. De acordo com Rousseff, em seu

depoimento, "foi assim que eu me iniciei no marxismo. Depois ele dava os livros do Lenin. Eu li tudo do Lenin com ele, tudo, sem exceção". Em outro depoimento, uma ex-presena política afirmou que Freitas foi preso na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, levado para uma casa clandestina na cidade de Petrópolis, também no estado do Rio de Janeiro, que era conhecida como Casa da Morte. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, o sargento reformado Marival Dias Chaves afirmou que cerca de 100 presos políticos foram levados à Casa da Morte, interrogados sob tortura, e depois assassinados. (Correio Braziliense – 03/11/12)

2- Governo de São Paulo discute plano de segurança pública e rejeita auxílio de efetivos do Exército

De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, anunciou uma parceria com o governo federal no combate à violência no estado, onde no mês de setembro foram registrados 135 assassinatos, e no mês de outubro outros 145, sendo que só neste ano 90 policiais militares foram fuzilados. A proposta de auxílio concedida pela presidenta da República, Dilma Rousseff, incluía serviços de investigação da Política Federal, fiscalizações bancárias pela Receita Federal, transferência de presos para o presídio de segurança máxima da cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, e, por último, uma possível participação da Força Nacional, que conta com contingentes das Forças Armadas. Os detalhes dessa parceria foram negociados a partir do dia 05/11/12. Entretanto, o comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, Roberval Ferreira França, declarou considerar desnecessário o uso de tropas do Exército nesse caso. Segundo França, o estado de São Paulo conta com o maior contingente policial da América Latina, com 100 mil integrantes na Polícia Militar e 30 mil na Polícia Civil, além de "um grande volume de investimentos em segurança pública". De acordo com editorial do *Correio*, essa parceria seria bem vinda desde que conseguisse "intimidar a bandidagem" e frear a violência, mas o problema da segurança não estaria resolvido com essa medida. Seria necessário pensar a questão "de forma mais ampla e permanente, dentro da política nacional de segurança pública", ou seja, não se trata de um problema exclusivo do estado de São Paulo, mas de uma questão nacional. De acordo com os periódicos *Folha* de S. Paulo e o *Estado*, no dia 06/11/12 foi realizada uma reunião, entre o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo e a cúpula da segurança do estado de São Paulo, objetivando o acerto das bases do apoio do governo federal. Na ocasião, o governo do estado de São Paulo rejeitou o uso do Exército e da Força Nacional na ocupação de favelas como a de Paraisópolis, localizada na cidade de São Paulo, que é utilizada como refúgio por integrantes da organização Primeiro Comando da Capital, que tem sido apontada pelos jornais como responsável da onda de violência na cidade. Entretanto, o governo de São Paulo aceitou as demais medidas propostas pelo governo federal, como a transferência de presos para penitenciárias federais de segurança máxima, a integração entre os serviços de inteligência federal e estadual, além de medidas para bloqueio de rotas usadas pelo tráfico de drogas. Segundo Cardozo, "as Polícias Civil e Militar de São Paulo têm efetivo suficiente. O Exército está no momento descartado". Ademais, a *Folha* considerou, em seu editorial, que o governo do

estado está correto ao afirmar que a situação da segurança pública em São Paulo é diferente de outros estados, e que, portanto, não faz sentido que sejam utilizadas neste estado tropas do Exército e de unidades especiais de polícia, como no caso das pacificações das favelas do estado do Rio de Janeiro. (Correio Braziliense – 03/11/12; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 06/11/12; Folha de S. Paulo – Opinião – 07/11/12; O Estado de S. Paulo – Cidades/Metrópole – 03/11/12; O Estado de S. Paulo – Cidades/Metrópole – 07/11/12; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 08/10/12)

3- Comissão da Verdade procura responsáveis pela destruição de documentos
De acordo com nota divulgada pelo jornal *Correio Braziliense*, a Comissão Nacional da Verdade deseja informações sobre os responsáveis pela eliminação de documentos do período do regime militar (1964-1985). (Correio Braziliense – 03/11/12)

4- Marinha envia mais efetivos ao Haiti
Segundo nota publicada pelo periódico *Correio Braziliense*, a Marinha enviou mais 388 homens para reforçar o contingente da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). (Correio Braziliense – 03/11/12)

5- Ato realizado em São Paulo homenageia mortos e desaparecidos no regime militar
De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, foi realizado no dia 02/11/12, Dia de Finados, um ato em homenagem aos mortos e desaparecidos no período do regime militar (1964-1985), no cemitério da Vila Formosa, na cidade de São Paulo, local que abrigou uma vala clandestina onde foram enterradas vítimas do regime. O evento foi promovido com o apoio da Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo. Na ocasião, a violência contra os policiais no estado de São Paulo foi ressaltada como objeto de preocupação. (Folha de S. Paulo – Poder – 03/11/12)

6- França muda estratégia para venda de aviões modelo Rafale
Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a França mudou sua estratégia na tentativa de vender os aviões de caça modelo Rafale, da empresa Dassault, ao projeto FX-2 de reequipamento da Força Aérea Brasileira. Com François Hollande na presidência da França, a estratégia passou a focar a relação entre os dois países num viés de “parceria militar”, ao invés de mera relação comercial. O ministro da Defesa francês, Jean-Yves Le Drian, declarou ao jornal francês *Le Parisien* que “um Ministro da Defesa se dirige a parceiros, e não a clientes”. Segundo uma fonte do *Estado*, “[nós, do governo francês] não vamos ao Brasil vender material bélico, e sim aprofundar o diálogo político. Depois os industriais farão o resto”. A expectativa é de que o governo brasileiro concretize a compra dos aviões franceses em uma visita da presidenta da República Dilma Rousseff à França, programada para dezembro de 2012, quando deverá se encontrar pela primeira vez com Hollande. No dia 05/11/12, Le Drian e o ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim, analisaram a

associação estratégica bilateral entre as duas nações, contudo sem definição da compra dos caças. Ao término da reunião, ambos informaram que o encontro auxiliou no reforço da relação estratégica firmada no mandato dos ex-presidentes Nicolas Sarkozy, da França, e Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, como também para revisar a implementação dos contratos de compra de cinco submarinos Scorpène e de 50 helicópteros Eurocopter. O ministro francês teve no dia 04/11/12 um encontro com industriais do setor de defesa, na cidade do Rio de Janeiro. Após reunião com Amorim, em Brasília, Le Drian foi à cidade de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro, local em que estão sendo construídos a base naval e o estaleiro, onde será montado o primeiro submarino Scorpène. O último submarino, dos cinco adquiridos, será com propulsão nuclear, que o Brasil adaptará com sua própria tecnologia, com previsão de entrega para 2021. O *Estado* enfatizou que as aquisições do setor de defesa tem como prioridade contratos que incluam transferência de tecnologia, de forma a construir uma indústria bélica forte no Brasil. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/11/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/11/12)

7- Comissão da Verdade pesquisará documentos estrangeiros sobre Operação Condor

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade investigará documentos, arquivos, telegramas e relatórios sobre abusos cometidos contra os direitos humanos no Brasil, no período do regime militar (1964-1985), guardados por governos estrangeiros e organizações internacionais. O objetivo principal é esclarecer atos praticados na Operação Condor, que uniu governos do Cone Sul no combate a movimentos de esquerda. A Comissão consultará documentos das Comissões da Verdade da Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, assim como registros de entidades da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). A alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Navi Pillay, confirmou a colaboração da organização. Sobre a iniciativa, o subsecretário geral da ONU, Jan Eliasson, afirmou: "É um grande alívio ver que esse período acabou. Hoje, qualquer esforço de reconciliação deve ser apoiado". O periódico ressaltou que a Comissão da Verdade brasileira não é a primeira a consultar documentos estrangeiros, pois países do Cone Sul e a África do Sul já haviam procurado no exterior respostas para casos internos. Ainda segundo o *Estado*, de acordo com informações obtidas através de documentos guardados pela ONU, o governo brasileiro, com ajuda do Itamaraty, expulsou do país refugiados argentinos, uruguaios e chilenos, durante cinco anos do regime militar. No ápice da repressão militar no Cone Sul, as instituições brasileiras "devolveram" a seus países opositores procurados por regimes vizinhos e negaram dezenas de pedidos da ONU para asilar famílias ameaçadas. Estima-se que 3.300 estrangeiros latino-americanos chegaram ao Brasil entre os anos de 1977 e 1982 em busca de asilo político, porém o status de refugiado foi concedido a apenas 1.380. Outros documentos analisados pelo *Estado* apontam que o governo brasileiro evitava aplicar a lei de asilo nacional aos militantes da esquerda, sugerindo à ONU que fizesse o possível para retirar rapidamente os refugiados do Brasil, tratando-os como "pessoas em trânsito" e não estabelecendo garantias de segurança. O jornal destacou que, conforme o direito internacional, devolver aos regimes pessoas

perseguidas é considerado crime contra a humanidade. O governo brasileiro argumentou à ONU, em mais de um documento, que o Brasil “não era mais um país de imigração e que uma integração de refugiados era difícil”. Por outro lado, a ONU questionava a entrada de “dezenas de milhares de portugueses” refugiados da Angola, considerando “difícil admitir que não haja a possibilidade para outras poucas centenas de refugiados”. Em um telegrama de 28/03/1979, refugiados argentinos informaram à ONU que foram perseguidos em território brasileiro ao tentar pedir asilo, além de reconhecerem um dos agentes de inteligência argentina que os seguia. Ainda sobre a Operação Condor, o jornal *Correio Braziliense* noticiou que a Comissão da Verdade pretende analisar documentos do Arquivo Público na cidade de Curitiba, estado do Paraná, que guarda grande parte dos arquivos pertencentes ao extinto Departamento de Ordem Política e Social (Dops) do estado. (*Correio Braziliense* – 04/11/12; *O Estado de S. Paulo - Nacional* - 04/11/12)

8- Operação Ágata apreendeu 11,8 toneladas de drogas

Conforme publicado pelo jornal *Correio Braziliense*, desde o ano de 2011 as seis etapas da Operação Ágata já apreenderam 11,8 toneladas de drogas nas fronteiras. Trata-se de uma operação conjunta das Forças Armadas brasileiras e outros órgãos federais e estaduais, com a finalidade de combater crimes transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira da Amazônia. (*Correio Braziliense* – 04/11/12)

9- Historiador estadunidense afirma que tomou conhecimento do golpe de 1964 antecipadamente

Em entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo*, o historiador estadunidense Thomas Skidmore afirmou que soube com antecedência o momento em que ocorreria o golpe de Estado, em 1º de abril de 1964, que deu início ao regime militar brasileiro (1964-1985). Skidmore, que é uma referência em estudos sobre o Brasil, viajou para o país pela primeira vez em 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros, chegando para presenciar um “momento crucial” da história do Brasil. Skidmore afirmou que, ao jantar na cidade do Rio de Janeiro, no dia 30/03/1964, com o embaixador Lyndon Gordon, este teria remetido um telegrama para o então presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, “contando as boas novas e pedindo que o governo americano reconhecesse o novo regime”, afirmando ainda que os EUA haviam “vencido”. Segundo o historiador, esses fatos foram resguardados, não sendo publicados em suas obras ou diários. Skidmore asseverou que, ao contrário do que muitos pensam, ele não tinha ligação com o Departamento de Estado ou com a Agência Central de Inteligência (CIA), sendo seus estudos sobre o Brasil e a América do Sul produto do incentivo da Universidade de Harvard, e seus interesses puramente acadêmicos. (*Folha de S. Paulo - Poder* - 05/11/12)

10- Instituto Herzog lança livro com documentos, cartazes e fotografias da resistência aos regimes militares na América Latina

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Instituto Vladimir Herzog promoveu no dia 06/11/12 o lançamento do livro “Os Cartazes desta História”, que reúne

cerca de 300 cartazes, documentos e fotografias de movimentos de resistência aos regimes militares na América Latina, entre 1960 e início de 1990. A obra tem como centro a luta contra o regime militar do Brasil (1964-1985) e o movimento da sociedade civil após a criação da Lei da Anistia, em 1979. A publicação faz parte do projeto "Resistir é Preciso...", desenvolvido pelo instituto em 2011, que busca o resgate da trajetória da imprensa durante o regime militar. (Folha de S. Paulo – Poder – 06/11/12)

11- Secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo desautoriza uso de lei do regime militar para punir ataques de organizações criminosas

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o secretário da Segurança Pública do estado de São Paulo, Antonio Ferreira Pinto, desautorizou, no dia 05/11/12, a Polícia Civil a utilizar uma lei do regime militar (1964-1985) “para enquadrar ataques realizados por organizações criminosas como se fossem ações terroristas”. A autorização para o uso da Lei de Segurança Nacional (lei 7.170/83) foi dada pelo delegado-geral Marcos Carneiro Lima aos seus subordinados. O objetivo era punir com maior rigor ações que criam pânico e que não podem ser interpretadas como "crimes comuns", aproveitando-se de uma lei ainda em vigor. O argumento de Lima é que o ato como o de atear fogo a um ônibus tem como alvo a sociedade e o Estado democrático, não correspondendo apenas ao delito de dano ao patrimônio. A Secretaria da Segurança Pública, em nota oficial, afirmou não aceitar a proposta da Delegacia Geral de Polícia para a utilização da lei com a finalidade de punir atos de vandalismo. Lima declarou que iria atender à ordem. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 06/11/12)

12- Documentos do regime militar brasileiro arquivados em Roma serão integrados ao Memorial da Anistia

De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, cerca de 70 mil páginas de documentos referentes ao regime militar brasileiro (1964-1985) serão abertas à consulta pública até outubro de 2013. Os arquivos estão na cidade de Roma, Itália, e serão digitalizados e integrados ao centro de documentação do Memorial da Anistia, que está em construção na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. Além do material impresso, também serão recuperados fotografias e vídeos. Tal ação integra o projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Para o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, tais arquivos representam um rico acervo preservado sobre a época do regime militar e “reforça o papel da resistência no exterior”. A abertura de tais documentos está sendo negociada desde 2010 com a instituição italiana Tribunal Internacional de Opinião Russell 2, uma organização independente que foi criada na década de 1970 com a finalidade de denunciar violações de direitos humanos na América Latina. Tal instituição possibilitou que perseguidos políticos registrassem denúncias e relatassem a situação de direitos humanos no Brasil. Os arquivos que serão digitalizados também possuem registros sobre o 1º Congresso Nacional da Comissão Brasileira pela Anistia, realizado em 1978, que antecedeu a edição da Lei da Anistia, de 1979. (*Correio Braziliense* – Política – 06/11/12; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 06/11/12)

13- Comissão da Verdade abre nova investigação sobre morte de Anísio Teixeira

De acordo com os jornais *Correio Brasiliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 06/11/12 a Comissão da Nacional da Verdade (CNV) firmou um termo de cooperação com a Comissão de Memória e Verdade Anísio Teixeira, vinculada à Universidade de Brasília (UnB), que terá por finalidade facilitar uma investigação sobre a morte do educador e ex-reitor da UnB, Anísio Teixeira. O educador foi encontrado morto no fosso do elevador de um prédio na cidade do Rio de Janeiro, em 1971, durante o regime militar (1964-1985). Segundo o *Correio* e a *Folha*, embora a versão oficial de sua morte afirme ter sido um acidente, a família e até mesmo policiais consideraram que as circunstâncias em que o corpo foi encontrado eram “estranhas”. Teixeira era visto como comunista pelo governo e teve seus direitos políticos cassados em 1964, logo após o início do regime. De acordo com o membro da CNV, Paulo Sérgio Pinheiro, “nunca vão nos convencer das versões idiotas, que foram absolutamente ‘me engana que eu gosto’, dadas para esse crime”. As comissões receberam um dossiê entregue pela família de Teixeira, em que constam informações como a de que o elevador onde teria acontecido o acidente tinha passado por uma revisão 20 dias antes do ocorrido, e a informação de que amigos teriam avisado que Teixeira fora preso pela Aeronáutica antes de ser morto. De acordo com o *Estado*, o convênio favorece, sobretudo, a atuação do colegiado da UnB, que poderá ter acesso a documentos sigilosos e convocar depoimentos. O jornal ainda informou que também são investigadas as mortes dos ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek, bem como a do embaixador José Jobim. (*Correio Braziliense* – 07/11/12; *Folha de S. Paulo* – Poder - 08/11/12; *O Estado de S. Paulo* - Nacional – 07/11/12)

14- Comissão da Verdade investigará o papel das igrejas no regime militar

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) criou um grupo para investigar a atuação das igrejas católica e protestante durante o regime militar (1964-1985), tanto nos casos de apoio ao regime como na resistência à repressão. De acordo com a *Folha*, o grupo, que se reuniu pela primeira vez no dia 08/11/12, na cidade de São Paulo, será coordenado pelo membro da CNV, Paulo Sérgio Pinheiro, e utilizará depoimentos, documentos, arquivos e teses para averiguar o papel das igrejas no regime. Os resultados dessa busca comporão um capítulo no relatório final a ser produzido pela CNV. A mobilização para apurar a atuação das igrejas ocorreu após o depoimento do ex-presos político Anivaldo Padilha à CNV, que relatou que em fevereiro de 1970 foi preso após ser delatado por um pastor e um bispo da Igreja Metodista a qual frequentava. Padilha era diretor do Departamento Nacional de Juventude da Igreja e participava do movimento da esquerda cristã, Ação Popular. Em 1971, foi exilado e só retornou ao país em 1979, com a Lei da Anistia. Padilha será uma dos membros do grupo de trabalho e acredita que haverá resistência às investigações. Segundo o professor Leonildo Silveira Campos, da Universidade Metodista de São Paulo e um dos integrantes do novo grupo “a comissão não havia percebido até então

que gente das igrejas fazia o jogo dos órgãos da repressão”. (Correio Braziliense – 07/11/12; Folha de S. Paulo – Poder – 07/11/12; Folha de S. Paulo – Poder – 09/11/12)

15- Mudança no atestado de óbito de Herzog é contestada por Ministério Público de São Paulo

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público de São Paulo apresentou um recurso de contestação à mudança no atestado de óbito do jornalista Vladimir Herzog. O jornalista foi encontrado morto nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em 1975, durante o período do regime militar (1964-1985). De acordo com os documentos oficiais produzidos na época, a causa da morte teria sido “asfixia mecânica por enforcamento”, decorrente de um suicídio. Entretanto, no dia 24/09/12, o juiz da 2ª Vara de Registros Públicos do Tribunal de Justiça de São Paulo, Márcio Martins Bonilha Filho, acatando um pedido da Comissão Nacional da Verdade, determinou que a causa da morte no atestado de óbito do jornalista fosse alterada para “decorreu de lesões e maus tratos sofridos em dependência do 2º Exército”. Segundo a promotora e autora do recente recurso do Ministério Público, Elaine Maria Barreira Garcia, os termos “lesões e maus tratos” não constam “nas leis que definem a forma como as mortes devem ser especificadas nos documentos legais”, por isso o trecho deveria ser substituído por: “morte violenta, de causa desconhecida, em dependência do 2º Exército”. Os argumentos de Garcia foram rejeitados por Bonilha Filho, por isso o caso foi levado para a segunda instância, a Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça. Segundo o *Estado*, “o receio de ex-presos políticos que acompanham o caso é que o objetivo real da promotora seria evitar a conotação direta de morte sob tortura”. (Folha de S. Paulo – Poder - 08/11/12; O Estado de S. Paulo – Nacional - 07/11/12)

16- Coronel reformado do Exército é assassinado

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, no dia 01/11/12, o coronel reformado do Exército, Júlio Miguel Molinas Diaz, foi assassinado na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. No período do regime militar (1964-1985), Diaz foi comandante do Destacamento de Operações e Investigações do 1º Exército (DOI-RJ), órgão ao qual estavam vinculados os militares que participaram da tentativa de atentado ao Centro de Convenções Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro, onde acontecia uma comemoração pelo Dia do Trabalhador, em 1981. Segundo a polícia, embora haja evidências de sequestro e tentativa de assalto, a carteira do coronel não foi levada e houve muitos disparos, o que é raro em crimes comuns. Por isso, não se pode descartar outras hipóteses, como a de execução. De acordo com o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke, é improvável que o crime tenha relação com a atuação do militar durante o regime, uma vez que ao consultar os arquivos da entidade e de outros grupos ligados à defesa dos direitos humanos não encontrou registros sobre as atividades de Diaz durante o período. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/11/12)

17- Estudantes desaparecidos durante regime militar recebem homenagem na UnB

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, Honestino Guimarães, Paulo de Tarso Celestino e Ieda Delgado, estudantes da Universidade de Brasília (UnB) que desapareceram no período do regime militar (1964-1985) e militantes políticos receberam homenagem em um ato, no dia 09/11/12, que foi organizado por amigos e colegas de profissão. Segundo o jornal, estas pessoas lutam para que os acusados de torturarem e assassinarem pessoas que eram opositoras do regime sejam punidos. O físico Álvaro Lins, colega de Guimarães, mencionou que “mais do que lembrar a história do trio, o grupo fará novo apelo para que o país puna os algozes de quem lutou contra o governo militar”, e que “o torturador não tem perdão e esse crime não prescreve”. De acordo com Mateus Guimarães, sobrinho de Guimarães, quanto mais apoio a sociedade oferecer, maior é o potencial de revelação da verdade e “mais forte fica a Comissão da Verdade da UnB”. O *Correio* ainda afirmou que o ato visa demonstrar para alunos da UnB o significado do regime militar para a universidade. (*Correio Braziliense* – 08/11/12)

18- Embraer é favorita para fornecer avião de ataque leve aos Estados Unidos

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo estadunidense deve anunciar no mês de dezembro de 2012 o vencedor do programa Light Air Support (LAS), que consiste inicialmente na aquisição de 20 aviões de ataque leve e apoio à tropa terrestre. O contrato está avaliado em US\$ 355 milhões podendo chegar a US\$ 1 bilhão caso sejam encomendadas mais 100 aeronaves. O *Estado* apontou que o favorito é o turboélice A-29 Super Tucano, da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que já havia vencido a concorrência contra a Hawker-Beechcraft, fabricante do modelo AT-6. Entretanto, a empresa derrotada recorreu ao Judiciário contestando o critério e pedindo esclarecimento a respeito do procedimento. Por causa disso, a Força Aérea dos EUA cancelou a decisão e abriu um novo edital restrito apenas a Hawker-Beechcraft e a Embraer. Na fase final, o Super Tucano, rebatizado de Super-T nos EUA, está oferecendo sistemas de armas avançadas de tecnologia da Boeing Defesa, Espaço e Segurança, como o Joint Direct Attack Munition (JDAMS), para ataques de precisão. Para o presidente da Embraer Defesa e Segurança (EDS), Luiz Carlos Aguiar, a integração de sistemas com a Boeing pode ajudar na disputa LAS. Na visita oficial da presidenta da República, Dilma Rousseff, aos EUA, em abril deste ano, ela cobrou do presidente Barack Obama a preservação da escolha inicial. Dentre os empresários que a acompanhavam, estava o presidente da Embraer, Frederico Curado, que afirmou que “a operação com o Departamento de Defesa vale como selo de qualidade para os Super Tucanos”. (*O Estado de S. Paulo* – 09/11/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestre em Relações Internacionais)
Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC), Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista FAPESP).